



Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC)

Data: 01/11/2024

Assinado por: André Filipe Ferreira Correia
Num. de Identificação: 14051441
Data: 2024.10.31 09:33:39+00'00'
Certificado por: SCAP
Atributos certificados: Gerente de HEXACONSULTING, LDA

Direção



Assinado por: Diogo Manuel Bento Nunes
D'oliveira
Num. de Identificação: 13297247
Data: 2024.10.30 10:37:31+00'00'
Certificado por: SCAP
Atributos certificados: Gerente de
HEXACONSULTING, LDA



Assinado por: Marlise Rebelo Mesquita
Num. de Identificação: 13094310
Data: 2024.10.31 14:25:24+00'00'

GQSI



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
1 – SUMÁRIO DO DOCUMENTO	3
2 – ENQUADRAMENTO DO PLANO ANTI CORRUPÇÃO.....	4
3 – PLANO ANTI CORRUPÇÃO (GENERALIDADES)	5
4 – PLANO ANTICORRUPÇÃO (MEDIDAS CONCRETAS).....	9
5 – EXCEÇÕES, PROCEDIMENTO E SANÇÕES.....	18
6 – CRIMES DE CORRUPÇÃO, INFRAÇÕES CONEXAS E ORIENTAÇÕES PRÁTICAS.....	19
7 – MAPA DE RISCOS E MEDIDAS DE PREVENÇÃO	24

INTRODUÇÃO

A **Hexa Consulting** é uma empresa especializada em consultoria que atua nos seguintes ramos:

- Nearshore Services
- Outsourcing, TM & Project Development
- Service and Service Management
- Tech Academies

O seu contexto e valores de transparência estão espelhados no documento **HEXA's Transparency Book**.

A **Hexa Consulting** assume os valores pelos quais pauta a sua atuação na prossecução da sua missão e atribuições, procurando cumprir os mais elevados princípios éticos com integridade, tendo sempre subjacente que prossegue uma atividade de interesse público.

O presente Plano visa dar concretização e desenvolvimento dos princípios de atuação e dos deveres enunciados no Código de Ética e Conduta da **Hexa Consulting**.

1 – SUMÁRIO DO DOCUMENTO

A quem se aplica?	À Hexa Consulting , bem como a todos os seus Colaboradores, incluindo prestadores de serviços externos.
Qual o objetivo?	Prevenção, deteção e dissuasão da corrupção e de infrações conexas. A Hexa Consulting exige que os seus Colaboradores cumpram este Plano e que os seus Gestores e Diretores apoiem e promovam o mesmo junto das suas equipas.
Quais os princípios?	<ul style="list-style-type: none">• Uma cultura de honestidade e ética;• Avaliação eficaz dos riscos de corrupção e infrações conexas;• Controlo interno ativo;• Sensibilização e formação;• Sanção, em caso de infração.

Como e quando cumprir?	<ul style="list-style-type: none"> • Denunciar e/ou reportar, logo que tome conhecimento, ou suspeite de qualquer prática relacionada com potencial corrupção ou infração conexa.
A quem notificar as violações?	<ul style="list-style-type: none"> • Internamente: Colaborador → Chefia direta → Direção. • Canal de denúncia • Auditoria Interna da Hexa Consulting;
Consequências do incumprimento?	Qualquer colaborador que tenha violado este Plano ficará sujeito a procedimento disciplinar que poderá culminar em despedimento. Qualquer suspeita de prática que possa constituir crime de corrupção ou infração conexa dará lugar a participação criminal.
Políticas internas e/ou procedimentos relacionados com o Plano de Prevenção de corrupção e infrações conexas	<ul style="list-style-type: none"> • Código de Ética e Conduta Hexa Consulting disponível no Onboarding. • Canal de denúncia disponível em https://www.hexa-group.pt/hexa_consulting

2 – ENQUADRAMENTO DO PLANO ANTI CORRUPÇÃO

2.1 – Geral

O Plano estabelece os diversos mecanismos de ação e controlo destinados a prevenir, dissuadir, detetar e investigar quaisquer suspeitas de corrupção ou infrações conexas. Define, ainda os procedimentos a adotar para a sua cessação e punição.

2.2 – Definições

- **Colaboradores:** Gestores e Diretores; Empregados; Fornecedores; Prestadores de serviços internos e externos; contratados; subcontratados, estagiários, trabalhadores temporários.
- **CIC:** Corrupção e infrações Conexas.
- **CLIENTE:** Qualquer pessoa, singular ou coletiva, a quem a **Hexa Consulting** preste serviços e/ou forneça títulos de compensação extrassalarial.

2.3 – Âmbito de aplicação

O Plano aplica-se a todas as atividades realizadas pela **Hexa Consulting** ou por conta da mesma, e pelos seus Colaboradores e, concretamente, à negociação, contratação, celebração e execução de quaisquer contratos em que a mesma seja parte.

2.4 – Finalidade

O Plano visa prevenir e, quando aplicável, assegurar a cessação da CIC no âmbito da **Hexa Consulting** e aplicar uma abordagem de tolerância zero a qualquer comportamento deste tipo em todas as atividades e relações comerciais, com especial enfoque no contrato de prestação de serviços que venha a ser celebrado e executado pela **Hexa Consulting**.

2.5 – Entrada em vigor

A versão atualizada deste Plano entra em vigor em **01 de novembro de 2024**. A **Hexa Consulting** reserva-se o direito de alterar este Plano se as circunstâncias (por exemplo, alterações ou revisões legislativas) o determinarem.

Quaisquer alterações a este Plano serão notificadas, de imediato, às partes relevantes, designadamente, aos Colaboradores e aos Clientes.

2.6 – Códigos e instrumentos internos relacionados com o Plano anti-CIC

- Código de Ética e Conduta da **Hexa Consulting** disponível no onboarding.
- Canal de denúncia disponível em <https://www.hexa-group.pt/hexa-consulting>

3 – PLANO ANTI CORRUPÇÃO (GENERALIDADES)

3.1 – Finalidade e âmbito de aplicação do Plano anticorrupção

Constitui objetivo deste Plano o de definir as medidas a tomar para alcançar os seguintes objetivos:

1. prevenir ou minimizar o risco de CIC no âmbito da **Hexa Consulting**;
2. detetar indícios ou evidências de CIC;
3. criar um ambiente dissuasor de quaisquer práticas de CIC no âmbito da **Hexa Consulting**;

4. assegurar a cessação imediata de qualquer prática de CIC no âmbito da **Hexa Consulting**;
5. assegurar a punição dos intervenientes nas práticas de CIC.

A prevenção, deteção e dissuasão de CIC, constituem os elementos-chave para um quadro anticorrupção eficaz.

A **Hexa Consulting** aplica todos estes controlos no âmbito da sua organização e atividades, com especial enfoque na formação, na prevenção e dissuasão como formas mais eficazes para impedir a corrupção no seu seio.

A **Hexa Consulting** está adstrita a outras políticas e instrumentos que apoiam e contribuem para a prevenção da corrupção no seu seio, designadamente:

- Código de Ética e Conduta da **Hexa Consulting**
- Canal de denúncia

3.2 – Princípios e orientações fundamentais

A prevenção, deteção e dissuasão de qualquer possível CIC constitui responsabilidade individual de cada Colaborador.

A leitura deste Plano anticorrupção é obrigatória para todos os Colaboradores da **Hexa Consulting**. É, também, obrigatória para todos os Colaboradores da **Hexa Consulting** a frequência das ações de sensibilização, informação e formação que os habilite a identificar os tipos de conduta e comportamento criminoso que integrem o conceito de CIC e possam ocorrer no âmbito da sua área de responsabilidade. Desta forma ficarão dotados dos instrumentos que os habilitam a estar atentos a qualquer indício de CIC.

O nível da sensibilização, formação e informação será tanto maior quanto o grau de responsabilidade de cada Colaborador.

Todos os Colaboradores, desde os operacionais à Administração, ficarão obrigados a denunciar todo e qualquer ato de CIC, seja ele real, tentado ou meramente suspeito.

Qualquer falta ou atraso, injustificados, na denúncia e qualquer obstrução às investigações subsequentes em sede de inquérito serão considerados como violação das obrigações dos Colaboradores decorrentes deste Plano anti CIC.

Qualquer denúncia dará lugar a um inquérito em que terão lugar as investigações necessárias.

Nenhum trabalhador que, de boa-fé, denuncie uma infração de que tome conhecimento no exercício das suas funções ou por causa delas, poderá ser prejudicado.

3.3 – Prevenção da Corrupção

Na celebração dos contratos:

Embora seja inteiramente adequado ganhar negócios explicando os benefícios dos serviços prestados pela **Hexa Consulting** e/ou, se for caso disso, oferecendo descontos ou incentivos comerciais, sempre dentro dos limites legais, é expressamente proibido autorizar, ratificar ou oferecer ou prometer atribuições em numerário, ofertas ou quaisquer benefícios, patrimoniais ou não patrimoniais, de qualquer tipo, a um indivíduo (seja um diretor, funcionário ou agente), se tal benefício puder levar essa pessoa a violar os seus deveres funcionais ou a desempenhar, de forma inadequada, a sua função ou atividade. Também são expressamente proibidas as ofertas ou benefícios, suscetíveis de violar a política de ofertas da entidade empregadora do destinatário ou a constante do Código de Ética e Conduta da **Hexa Consulting**.

Na execução dos contratos:

É expressamente proibido oferecer ou receber qualquer vantagem, patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para um qualquer ato ou omissão que constitua violação dos deveres funcionais ou para o exercício desadequado do desempenho da função de quem concede ou beneficia da oferta.

Consequências da CIC

A CIC tem consequências extremamente graves para a **Hexa Consulting** e/ou para os seus Colaboradores, tais como:

- Sanções penais, incluindo prisão e multa;
- Reclamações de terceiros lesados pela corrupção;
- Inibição de participação em procedimentos de contratação pública;
- Rescisão de contratos públicos e privados;
- Sanções penais por crimes conexos, designadamente de branqueamento de capitais;
- Danos reputacionais graves.

Devido à gravidade das potenciais consequências da CIC, também a violação do Plano anti corrupção da **Hexa Consulting** constitui infração disciplinar que poderá culminar no despedimento dos responsáveis.

Se suspeitar de que estão em curso quaisquer práticas de corrupção ativa no âmbito da **Hexa Consulting**, deverá reportar imediatamente à sua hierarquia, em conformidade com este Plano. A **Hexa Consulting** assegura que nenhum Colaborador será sancionado, ou de alguma forma prejudicado por reportar, de boa-fé, qualquer suspeita de CIC.

É expressamente proibida a divulgação a terceiros de quaisquer suspeitas relativas a práticas de CIC no âmbito da **Hexa Consulting**. Tal divulgação a terceiros é suscetível de prejudicar seriamente o andamento e a eficácia de qualquer processo de inquérito em curso, pelo que será considerada uma violação deste Plano.

Sempre que seja necessária qualquer investigação, os Colaboradores que à mesma sejam chamados deverão cooperar plenamente com a equipa de investigação.

Salvo instrução ou autorização expressa nesse sentido é estritamente proibido divulgar, seja a quem for, qualquer assunto confidencial relativo a uma investigação relativa a CIC (incluindo o facto de estar em curso tal investigação).

Todos os registos e documentação que possam ser necessários para investigação de alegadas infrações CIC, incluindo e-mails, deverão ser criteriosamente conservados.

3.4 – Obrigação de manutenção de registos

Qualquer Colaborador, respeitados os limites da sua área de responsabilidade, deverá manter registos transparentes e auditáveis que reflitam com precisão todas as transações – pagamentos, despesas, reembolsos, ofertas, atos de “cortesia” comercial, pagamentos de comissões, taxas e outros benefícios atribuídos no âmbito da sua atividade profissional.

Os registos devem fornecer informações suficientes que indiquem claramente a finalidade dos pagamentos e desembolsos, dos beneficiários e das pessoas responsáveis pela sua autorização. Qualquer transação que pareça questionável e/ou não tenha nenhuma lógica ou explicação óbvia

deve ser considerada como uma potencial ‘bandeira vermelha’ para uma investigação mais aprofundada.

3.5 – Perfil dos riscos

O presente Plano obriga a especial atenção aos riscos de CIC no estabelecimento do perfil de risco de integridade dos clientes nos processos, devendo ser adotados procedimentos de:

- Know Your Customer (KYC)
- Client Due Diligence (CDD) e
- Corporate Social Responsibility (CSR).

Na celebração e execução de qualquer Contrato em que intervenham no exercício das suas funções os Colaboradores deverão conhecer, em detalhe:

- caderno de encargos ou o texto contratual em que se consubstancia o contrato e, no âmbito das suas funções, cumpri-lo escrupulosamente;
- Plano anti corrupção e infrações conexas em vigor na entidade contratante, cumprindo e/ou assegurando o seu cumprimento.

4 – PLANO ANTICORRUPÇÃO (MEDIDAS CONCRETAS)

4.1 – Resumo do Plano de Prevenção de CIC da Hexa Consulting

Princípios	Elementos do Plano de Prevenção de CIC
Ambiente de controlo	<ul style="list-style-type: none">• Manutenção de uma cultura transversal de prevenção de CIC;• Código de Ética e Conduta da Hexa Consulting;• Canal de denúncia• Plano de prevenção de CIC;• Formação e sensibilização na área da CIC;
Avaliação de riscos	<ul style="list-style-type: none">• Efetuar avaliações de risco.

<p>Controlo Operacional / Controlo de Gestão</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Controlo de implementação do Plano em todos os departamentos da Hexa Consulting, e, em especial, designadamente no departamento comercial e de contratação pública; • Definir atos típicos mais comuns de CIC; • Receber as denúncias apresentadas pelos Colaboradores / Reporte hierárquico das mesmas; • Assegurar a ministração de formação em CIC a todos os Colaboradores. • Controlo da entrada e saída de fundos e valores e dos inventários • Reporte hierárquico das situações suspeitas; • Sugestão e implementação de novas medidas preventivas e de deteção de CIC; • Implementação de tecnologias de apoio à prevenção de CIC.
<p>Informação, formação e comunicação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a importância (i) do programa de prevenção de CIC e (ii) da posição da Hexa Consulting relativamente à CIC, interna e externamente; • Formação de sensibilização na área da prevenção de CIC; • Reporte através do canal de denúncia.
<p>Auditoria Interna</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Controlo através de auditorias aleatórias de implementação e cumprimento do Plano; • Avaliação periódica dos mecanismos de combate à CIC; • Monitorização das avaliações de risco de combate à CIC; • Realização de avaliações ao Plano de prevenção de CIC.

4.2 – Princípios e requisitos da Hexa Consulting

Tal como decorre do Código de Ética e Conduta, a **Hexa Consulting** não aceitará nem tolerará qualquer caso de CIC.

Todos os Colaboradores, da base ao topo, são obrigados a denunciar qualquer caso de CIC e qualquer conduta incorreta, real ou suspeita.

Qualquer denuncia dará lugar a um processo de inquérito interno e, caso se conclua pela prática de CIC, à abertura de procedimento disciplinar e à competente queixa-crime.

Como combater a CIC?

A **Hexa Consulting** combate ativamente, a corrupção nos termos do presente Plano, que enuncia o quadro de prevenção, deteção, dissuasão e investigação que foi implementado.

Como denunciar a CIC?

Imediatamente após a deteção de um evento ou suspeita de evento de CIC, o Colaborador que o detetou procederá ao seu reporte da seguinte forma:

Reporte hierárquico: Colaborador → Chefia Direta → Direção e/ou Linha de reporte do canal de denúncia.

4.3 – Pontos-chave anti CIC, principais funções e responsabilidades

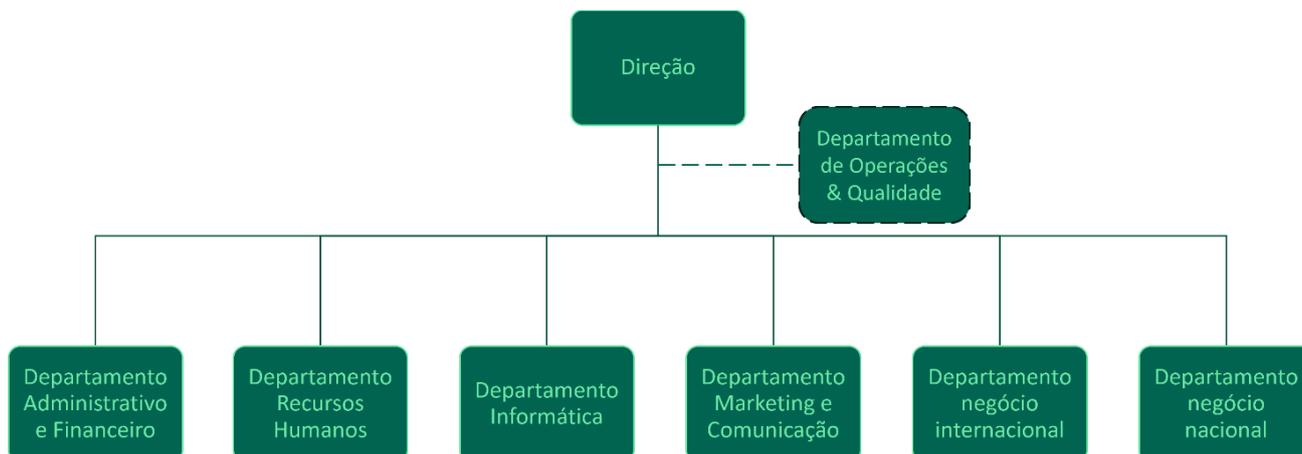
1. Todos os Colaboradores (sensibilização, formação, prevenção, deteção, denúncia /reporte de acordo com a hierarquia definida).
2. Administração (promover a cultura de tolerância zero e prevenção).
3. "Três linhas de defesa"
 - **1ª linha:** controlo interno (Colaborador → Chefia Direta → Direção)
 - **2ª linha:** Auditoria interna assegurada pelo Departamento da Qualidade e Segurança de Informação da **Hexa Consulting**
 - **3ª linha:** Canal de denúncia a que qualquer pessoa pode aceder sem necessidade de recorrer à estrutura hierárquica, disponível no rodapé do site da Hexa Consulting no site <https://www.hexa-group.pt/hexa-consulting>

4.4 – Principais controlos e responsabilidades de alto nível

A prevenção da corrupção na maioria das organizações depende de:

- Cultura de honestidade e ética;
- Avaliação eficaz de riscos;
- Controlo Interno Ativo;
- Punição efetiva dos responsáveis;
- Sensibilização e formação.

As funções, responsabilidades e direções de reporte no âmbito do Plano de prevenção de CIC são definidas, nos termos do organograma interno da **Hexa Consulting**:



Direção

- Responsabilidade global pela conceção e implementação dos termos deste Plano contra a CIC;
- Criação de cultura e política internas aptas a dar resposta eficaz aos riscos de CIC;
- Anunciam e introduzem o Plano a todos os Colaboradores;
- Asseguram o controlo do seu cumprimento;
- É responsável por validar todas as entradas e saídas de valores e fundos e por monitorizar os inventários;

Qualidade

- Procede à avaliação e à monitorização de risco de CIC;
- Responsável pelo controlo e cumprimento do Plano CIC.
- Assegura o controlo do cumprimento do Plano;
- Reporta à Direção e emite relatórios sobre todas as situações suspeitas de CIC.
- Monitorizam os principais indicadores de risco CIC;
- Identificam e quantificam os atos típicos mais comuns de CIC, desenvolvem e mantêm meios controlos eficazes para prevenir e detetar práticas CIC, e garantem que tais meios controlos são aplicados pelos Colaboradores.
- Responsável pela receção e reporte imediato de qualquer prática ou à Direção.

Recursos Humanos

- Responsável por assegurar a presença dos Colaboradores nas sessões de formação e informação;
- Coordena e assegura a presença dos Colaboradores nas sessões de formação.

Restantes Colaboradores:

- Recebem informação, formação e sensibilização para a prevenção de CIC e cumprimento do Plano;
- Participam ativamente na prevenção e deteção de possíveis situações de CIC, designadamente nas ações de formação para que sejam convocados;
- Procedem ao reporte de práticas ou suspeitas de CIC ao seu superior hierárquico
- ou através do Canal de denúncia disponível em <https://www.hexa-group.pt/hexa-consulting>
- Colaboram nas investigações e inquéritos de situações suspeitas de CIC.

Auditoria Interna

- Recebe listagem de indicadores e procedimentos a auditar definidos pela Direção;
- Elabora relatórios em que identifica eventuais não conformidades e avalia a eficácia do Plano;
- Reporta à Direção as conclusões do relatório de auditoria e propõe medidas de correção ou melhoramento do Plano.

4.5 – Estrutura de Controlo Interno Anti-CIC

A **Hexa Consulting** adota três linhas de modelo de defesa para demonstrar uma boa gestão de riscos e para garantir o cumprimento da legislação relevante.

1ª Linha de Defesa Controlo interno (Colaboradores → Chefia Direta → Direção	2ª Linha de Defesa Auditoria interna	3ª Linha de Defesa Canal de denúncia
A Direção, Qualidade e RH são responsáveis pela identificação de riscos, reporte das situações suspeitas e pelo controlo da ministração de formação	A Auditoria interna é responsável pela monitorização da implementação e	Linha de comunicação (Canal de denúncia) através do qual qualquer pessoa pode, diretamente, reportar qualquer irregularidade

	cumprimento do Plano pela sugestão de medidas corretivas	
--	----------------------------------------------------------	--

4.6 – Implementação da Estrutura de Controlo

Cada departamento relevante no âmbito da **Hexa Consulting** deve atribuir responsabilidades adequadas para garantir que sejam tomadas medidas eficazes (incluindo as previstas no presente Plano), conforme necessário para combater os riscos relevantes em matéria de CIC.

4.7 – Medidas de prevenção de CIC

O Plano de prevenção de CIC é composto por quatro elementos principais:

- Prevenção;
- Detecção;
- Dissuasão;
- Resposta.

A **Hexa Consulting** impõe que cada um dos departamentos incorpore estes elementos numa estratégia dedicada à prevenção de CIC.

4.8 – Avaliação dos Riscos (prevenção)

Cada departamento realizará um exercício de avaliação dos riscos de CIC, que será atualizado com periodicidade anual, tendo em conta os principais catalisadores e causas prováveis de CIC. Cada área deve estar ciente de quaisquer riscos e práticas específicas da CIC que possam surgir dentro do âmbito das suas atividades – incluindo os decorrentes de quaisquer Colaboradores – e planear em conformidade.

Sempre que for razoável e proporcionado fazê-lo, o exercício de avaliação de riscos pode ser efetuado no âmbito de um processo mais alargado de autoavaliação do controlo de risco num departamento, o qual deverá seguir as seguintes regras, que constituem a base mínima para satisfazer os requisitos deste Plano:

- a) Para qualquer fator de risco, claro e específico, relacionado com CIC, tal como aplicável ao departamento relevante, deverão ser identificadas e implementadas medidas correspondentes de mitigação (incluindo quaisquer controlos e ações necessários);
- b) Os riscos, controlos e ações pertinentes, sempre que necessários para a prevenção ou mitigação de CIC, devem ser claramente identificados como tais;
- c) Os riscos, controlos e ações relacionados com CIC devem ser revistos e atualizados de acordo com o processo e frequência do processo de autoavaliação do controlo de risco de cada departamento.

Sempre que não seja razoável, suficiente ou praticável incorporar a avaliação e a gestão dos riscos de CIC unicamente no âmbito do processo de autoavaliação do controlo de risco de cada departamento, os responsáveis do departamento devem assegurar a aplicação de medidas alternativas satisfatórias.

4.9 – Controlos internos (prevenção e deteção)

A gestão é responsável pela conceção, implementação e reforço de controlos eficazes para responder a todos os riscos de CIC. Seguem-se os princípios gerais de um programa de controlo interno bem-sucedido:

- Acesso ao sistema: os Colaboradores só terão acesso à informação de que necessitem para o exercício das suas funções (Princípio do privilégio mínimo);
- Definição de responsabilidades: as responsabilidades são definidas de modo a que o controlo de determinada função ou atividade-chave não se concentre numa única pessoa;
- Autorização e aprovação: a autorização de qualquer negócio dependerá, em primeira linha, da análise e validação da respetiva chefia direta, caso não esteja dentro dos limites e parâmetros pré-definidos e autorizados;
- Custódia e segurança: A responsabilidade pela custódia dos bens do ativo imobilizado e dos inventários e a responsabilidade pela manutenção dos respetivos registos são atribuídas a Colaboradores distintos;
- Manutenção de registos: Elaboração de registos abrangentes e precisos que são verificados em sede de auditoria.

- Revisão e reconciliação: Os registos são examinados e reconciliados para determinar que as transações foram devidamente processadas e aprovadas;
- Controlos físicos: Os equipamentos, inventários, numerário e outros ativos são protegidos fisicamente, contados periodicamente e comparados com os montantes indicados nos registos de controlo;
- Documentação: Adoção de procedimentos e práticas bem documentados que asseguram a continuidade do controlo independentemente da presença do respetivo responsável.

4.10 – Formação e Sensibilização de CIC (prevenção, deteção e dissuasão)

Os Colaboradores da **Hexa Consulting**, quando devidamente formados e supervisionados, ajudam a garantir que os processos de controlo funcionem corretamente, aumentando a consciência dos riscos de corrupção e reforçando uma cultura de tolerância zero à CIC em geral.

A formação de prevenção de CIC deve ser efetuada de acordo com os seguintes critérios:

- Com uma periodicidade no mínimo anual;
- Abrangendo todos os Colaboradores;
- Ministrada (total ou parcialmente) internamente; e
- Deverá garantir o acompanhamento dos Colaboradores, esclarecendo as dúvidas e questões colocadas.

A formação de prevenção de CIC deve abordar os seguintes tópicos relevantes para a área de negócio:

- Riscos significativos de CIC relevantes para a área de negócio;
- Cultura preventiva e ética (por exemplo, Código Ética e Conduta da **Hexa Consulting**);
- Principais medidas em vigor para impedir a CIC;
- «Bandeiras vermelhas» (indicadores de CIC) a ter em conta;
- Medidas a tomar perante suspeitas de CIC; e
- Pontos de contacto para reportar ou denunciar suspeitas de CIC.

4.11 – Monitorização de CIC (deteção e dissuasão)

O controlo da eficácia das medidas de prevenção de CIC é essencial para garantir que as mesmas estão a funcionar eficientemente. As atividades de monitorização de CIC devem ser, sempre que possível:

- Planeadas tendo em conta os recursos disponíveis;
- Proporcionais e relevantes perante os principais fatores de risco de CIC;
- Realizadas com uma periodicidade mínima anual;
- Regularmente registadas de forma a permitir a sua fácil compreensão; e
- Efetuadas por pessoas isentas de conflitos de interesses, designadamente decorrentes da sua responsabilidade pessoal por qualquer negócio em análise.

O controlo da prevenção de CIC deve ser efetuado com foco nos seguintes elementos:

- Tipos e volumes de atividade empresarial ou organizacional;
- Aplicação prática das principais políticas, processos e controlos de prevenção de CIC;
- Principais fatores de risco; e
- Áreas relativas às quais foram reportados incidentes.

As conclusões de monitorização das medidas de CIC devem ser sempre acompanhadas e concluídas dentro de um prazo adequado.

4.12 – Reporte e denúncia de CIC (deteção, dissuasão e resposta)

A monitorização da CIC só pode ser eficaz quando quaisquer resultados forem reportados e se, quando necessário, for aplicada uma ação de mitigação rápida ou imediata.

Os relatórios de CIC, idealmente, devem:

- Ser efetuados com uma periodicidade anual;
- Abordar os fatores de risco fundamentais e relevantes de CIC;
- Ser reportados à administração;
- Ser regularmente registados de forma a permitir a sua fácil compreensão;
- Referir a aplicação das principais políticas, processos e controlos de prevenção de CIC; e
- Incluir recomendações de melhoria;

O pessoal responsável pelos relatórios deve ser isento de conflitos de interesses, nomeadamente decorrente do seu envolvimento direto ou da sua responsabilidade pelas áreas de atividade objeto do relatório. Os autores do relatório não devem encontrar-se em posição de monitorizar, avaliar ou comentar o seu próprio trabalho, sendo que, quando tal ocorra, essa circunstância deve ser claramente identificada no relatório.

Sempre que um relatório de CIC identifique suspeitas ou factos relevantes, as mesmas devem ser reportadas e seguidas de auditoria.

Devido ao potencial carácter sensível do conteúdo dos relatórios de monitorização de CIC, pode ser necessário atribuir-lhes carácter confidencial e limitar o seu acesso.

4.13 – Aplicação de Medidas Imediatas (deteção, dissuasão e resposta)

Sempre que quaisquer conclusões dos relatórios CIC o imponham (por exemplo, por referirem indícios relevantes de atividade de CIC em curso), devem ser aplicadas medidas imediatas.

É imperativo assegurar que as seguintes regras básicas sejam respeitadas:

- Assegurar a cessação imediata de CIC com suspensão do suspeito, sempre que se verificarem os requisitos legais;
- Qualquer prova de CIC, deve ser guardada em segurança;
- Qualquer questão que exija aplicação de uma medida imediata será tratada com rapidez e confidencialidade;
- Apenas os Colaboradores diretamente envolvidos no processo de aplicação de medidas imediatas ou em eventual procedimento disciplinar ou processo judicial em curso serão informados sobre a pendência ou andamento do mesmo.

5 – EXCEÇÕES, PROCEDIMENTO E SANÇÕES

5.1 – Exceções

A **Hexa Consulting** adota tolerância zero às práticas CIC. Consequentemente serão tomadas medidas adequadas contra qualquer pessoa que pratique ou incentive tais comportamentos.

5.2 – Procedimento Disciplinar e Sanções

Será instaurado procedimento disciplinar a qualquer Colaborador da **Hexa Consulting** relativamente ao qual existam indícios relevantes de violação deste Plano.

Se tal violação for imputada a um colaborador de terceiro (prestador de serviços), a sua conduta será reportada à sua entidade empregadora e requerida a sua imediata exclusão das funções que até aí tenha exercido ao serviço da **Hexa Consulting**.

5.3 – Procedimento Criminal

Os comportamentos que possam consubstanciar prática de crime serão objeto de participação junto das autoridades judiciárias ou policiais competentes.

6 – CRIMES DE CORRUPÇÃO, INFRAÇÕES CONEXAS E ORIENTAÇÕES PRÁTICAS

6.1 – Procedimento Criminal

Os crimes de corrupção Legislação aplicável:

- Código Penal (CP) – Artigos 372.º e ss. – Crimes cometidos no exercício de funções públicas.
- Lei n.º 20/2008, de 21 de abril - Responsabilidade penal por crimes de corrupção cometidos no comércio internacional e na atividade privada.

Artigo 374.º do CP - Corrupção ativa

São elementos do tipo de crime de corrupção ativa:

- Agir por si ou por interposta pessoa com o seu consentimento ou ratificação;
- Dar ou prometer, para um funcionário ou para terceiro, sem que lhe seja devida, vantagem, patrimonial ou não;

- Fazê-lo como contrapartida de ato ou omissão, contrários aos deveres do seu cargo.

Pena aplicável – A prática de crime de corrupção ativa é sancionada com pena de prisão de um a cinco anos¹.

No entanto, e segundo o disposto no n.º 2 do artigo 374.º do CP, se o ato ou omissão não forem contrários aos deveres do cargo e a vantagem não lhe for devida, o agente é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa² até 360 dias³. A tentativa é punível.

Lei n.º 20/2008, de 21 de abril

A referida Lei estabelece o regime de responsabilidade penal por crimes de corrupção cometidos no comércio internacional e na atividade privada e consagra, designadamente os seguintes tipos de crimes:

i. Corrupção ativa com prejuízo do comércio internacional⁴

São elementos do tipo de crime em causa:

- Agir por si ou, mediante o seu consentimento ou ratificação, por interposta pessoa;
- Dar ou prometer a funcionário, nacional, estrangeiro ou de organização internacional, ou a titular de cargo político, nacional ou estrangeiro, ou a terceiro com conhecimento daqueles, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que lhe não seja devida,
- Fazê-lo para obter ou conservar um negócio, um contrato ou outra vantagem indevida no comércio internacional.

Pena aplicável: Pena de prisão de um a oito anos.

¹ Se a vantagem for superior a €5.100,00 os limites mínimos e máximos são agravados em um quarto. Se a vantagem for superior a €20.400,00 os limites mínimo e máximo são agravados em um terço (Cfr. Artigos 374.ºA).

² Cada dia de multa corresponde a uma quantia entre (euro) 5 e (euro) 500, que o tribunal fixa em função da situação económica e financeira do condenado e dos seus encargos pessoais.

³ Se a vantagem for superior a €5.100,00 os limites mínimos e máximos são agravados em um quarto. Se a vantagem for superior a €20.400,00 os limites mínimo e máximo são agravados em um terço (Cfr. Artigos 374.ºA).

⁴ O comportamento ora referido considera-se crime de corrupção para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 36/94, de 29 de setembro, que estabelece medidas de combate à corrupção e criminalidade económica e financeira.

ii. **Corrupção passiva no setor privado**

São elementos do tipo de crime em causa:

- Ser o agente trabalhador do sector privado;
- Agir por si ou, mediante o seu consentimento ou ratificação, por interposta pessoa;
- Solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, sem que lhe seja devida, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para um qualquer ato ou omissão que constitua uma violação dos seus deveres funcionais.

Pena aplicável: Pena de prisão até cinco anos ou pena de multa até 600 dias.

Se o ato ou omissão acima referido for idóneo a causar uma distorção da concorrência ou um prejuízo patrimonial para terceiros, o agente é punido com pena de prisão de um a oito anos.

iii. **Corrupção ativa no setor privado**

São elementos do tipo de crime em causa:

- Agir por si ou, mediante o seu consentimento ou ratificação, por interposta pessoa;
- Dar ou prometer a pessoa do setor privado, ou a terceiro com conhecimento daquela, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que lhe não seja devida, para um qualquer ato ou omissão que constitua uma violação dos seus deveres funcionais.

Pena aplicável: Pena de prisão até três anos ou com pena de multa.

Se a conduta visar obter ou for idónea a causar uma distorção da concorrência ou um prejuízo patrimonial para terceiros, o agente é punido com pena de prisão até cinco anos ou com pena de multa até 600 dias. A tentativa é punível.

Se qualquer facto punível nos termos da Lei 20/2008 integrar a tipicidade de outro crime a que seja aplicável pena mais grave, será esta a pena aplicável.

6.2 – Prevenção de Suborno e Corrupção: Resumo sobre o que fazer e o que não fazer, e Cenários da Bandeira Vermelha

O que fazer:

- ✓ Consulte o Plano anticorrupção e o Código de Ética e Conduta da **Hexa Consulting**;
- ✓ Registe todas as ofertas, benefícios, pagamentos a que proceda no âmbito das suas funções;
- ✓ Em caso de dúvida reporte e procure apoio junto da hierarquia;
- ✓ Em caso de suspeita de CIC denuncie através da hierarquia ou através do Canal de denúncia e, se for o caso, cesse qualquer colaboração no processo sob suspeita.

O que não fazer:

- ✓ Não use a sua posição no Consórcio para obter ofertas, vantagens ou outros benefícios, ainda que de carácter não patrimonial.
- ✓ Não influencie as decisões ou atuações de parceiros de negócios ou funcionários públicos através de pagamentos em numerário, ofertas ou outras vantagens, ainda que de carácter não patrimonial.
- ✓ Não aceite qualquer pagamento em numerário, ofertas ou outras vantagens ainda que de carácter não patrimonial, de parceiros de negócios ou funcionários públicos que possam ter interesse em qualquer decisão ou ato inerente ao exercício das suas funções.
- ✓ Não atue de forma a que, em caso de denúncia, possa ser considerado que atuou em violação do Plano de CIC.

CENÁRIOS DE BANDEIRA VERMELHA - “RED FLAG”

Se encontrar alguma destas bandeiras vermelhas, deve denunciá-las prontamente à hierarquia ou através do canal de denúncia:

- Tomar conhecimento de que um Colaborador se dedica ou foi acusado de práticas comerciais impróprias;
- Se souber que um Colaborador tem a reputação de oferecer ou exigir pagamentos em numerário, ofertas ou outro tipo de vantagens ainda que não patrimoniais como contrapartida do exercício das suas funções ou para influenciar o modo de tal exercício;
- Se tiver conhecimento que um terceiro insiste em receber comissão, pagamento em numerário, ofertas ou outro tipo de vantagens ainda que não patrimoniais antes de se comprometer a assinar um contrato ou iniciar ou prosseguir as negociações contratuais ou a prestação de serviços;
- Se tiver conhecimento que um terceiro solicita comissão, pagamento em numerário, ofertas ou outro tipo de vantagens ainda que não patrimoniais para o levar a desempenhar de forma inadequada a sua função ou atividade e,
- Se tiver conhecimento que um terceiro solicita que o pagamento seja feito através de conta bancária sediada num país, território ou região com regime de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis;
- Se tiver conhecimento que um terceiro solicita comissão, pagamentos em numerário, ofertas ou outro tipo de vantagens ainda que não patrimoniais, para “facilitar” um serviço;
- Se tiver conhecimento que um terceiro solicita um pagamento em numerário, ofertas ou outro tipo de vantagens ainda que não patrimoniais para “ignorar” potenciais violações legais;
- Se tiver conhecimento que um terceiro solicita que forneça emprego ou alguma outra vantagem a um amigo ou parente como condição de prática de algum dos atos descritos anteriormente;
- Se receber uma fatura que não corresponda ao padrão tipo do fornecimento ou do fornecedor em causa;
- Se verificar que foi emitida uma fatura referente a comissão ou a pagamento indevido ou de valor desproporcional ao serviço declarado e prestado;

7 – MAPA DE RISCOS E MEDIDAS DE PREVENÇÃO

Foram identificados, pela **Hexa Consulting**, os principais riscos de gestão, corrupção e Infrações conexas, bem como a frequência dos mesmos.

“O Risco é definido como o evento, situação ou circunstância futura com a probabilidade de ocorrência e potencial consequência positiva ou negativa na consecução dos objetivos de uma unidade organizacional”. (in Plano de Prevenção de riscos de Gestão da Direção-Geral do Tribunal de Contas).

As principais fontes legais de qualificação das situações de corrupção, infrações conexas e conflitos de interesses são:

- O Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março;
- Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;

Na identificação dos processos suscetíveis de geração de riscos da **Hexa Consulting**, equacionam-se os riscos em abstrato, face à sua gravidade e probabilidade de ocorrência, independentemente da sua verificação, pois é esta que se pretende prevenir.

A identificação dos riscos e medidas de prevenção estão sujeitos a avaliação permanente, sendo possível propor ajustamentos, sempre que tal se revele necessário.

A comissão de monitorização do Plano é composta pela Departamento da Qualidade, Departamento Administrativo e Financeiro e Direção.

A supervisão do cumprimento do Plano compete à Direção. Para o efeito, no final de cada ano civil é elaborado e submetido a aprovação, o relatório com os riscos detetados, a avaliação das medidas implementadas, Gravidade, Urgência e Tendência e, quando se revele necessário, proposta de novas medidas e adoção de oportunidades de melhoria. As medidas estão inseridas na **Matriz GUT** – Gravidade, Urgência e Tendência, mencionando a sua origem e definindo medidas mitigadoras destes riscos.

Ficam listados os principais riscos detetados:

Área	Riscos identificados	Frequência do risco	Medidas de prevenção
Colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> • Situações de conflito de interesses • Violação do dever de zelo (incumprimento procedimentos) • Violação do dever de imparcialidade • Violação do dever de isenção • Situações de fraude e corrupção 	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> • Os colaboradores que se confrontem com uma situação suscetível de configurar um conflito de interesses, devem requerer escusa, por motivo de impedimento legal, assumindo que devem participar tal situação nos termos definidos no Código de Ética e Conduta; • Sistema de Gestão Integrado; • Canal de denúncia; • Código de Ética e Conduta.
Direção	Falta de transparência na informação da gestão	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> • Todas as reuniões ficam registadas em ata;
Direção	Favorecimento na gestão de vagas	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos do Sistema de Gestão Integrado; • Critérios de admissão e prioridade bem definidos; • Equipa diretiva multidisciplinar.

Protocolos	Desconhecimento por parte das entidades protocoladas/cocontratantes dos princípios decorrentes do Plano	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os protocolos são realizados com entidades que estão sujeitas e abrangidas à legislação em vigor; • Publicado no site da Hexa Consulting;
Contratação Pública	Indefinição de critérios, normativos e/ou técnicos, nos cadernos de encargos na contratação pública.	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorização dos processos de contratação pública procedendo a atualizações em função de verificação de necessidade de alterações; • Critérios e procedimentos bem definidos.
Contratação Pública	Situações de conluio entre concorrentes na contratação pública	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> • Reporte de todas as situações de suspeita de conluio às entidades reguladoras; Canal de denúncia.
Contratação Pública	Controlo deficiente dos prazos	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorização de prazos através de calendário partilhado com alertas.

Contratação Pública	Caráter subjetivo dos critérios de avaliação das propostas com inserção de dados não quantificáveis	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> • Opção por critérios quantitativos sempre que possível.
Contratação Pública	Existência de ambiguidades, lacunas e/ou omissões no clausulado	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> • Adoção de conceitos e termos jurídicos inequívocos na elaboração das cláusulas contratuais; Jurista.
Contratação Pública	Existência de falhas no controlo de custos do contrato tendo por pressuposto os valores orçamentados anualmente	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorização periódica de custos, procedendo a atualizações em função de verificação da sua necessidade.
Contratação Pública	Inexistência de critérios e fundamentação escassa na escolha de entidades a convidar a apresentar proposta	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentar sempre a escolha das entidades acontratar. Implementação de um sistema de avaliação de fornecedores. Escolha por proximidade.
Contratação Pública	Ausência de acompanhamento e regras de acompanhamento e reação relativamente ao cumprimento defeituoso e incumprimento do contrato.	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorização periódica do contrato fazendo atualizações em função de verificação de necessidade de alterações.

RH	Discricionariedade excessiva nos critérios/fatores de seleção	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a idoneidade e independência do contratante garantindo que dispõe de todos os meios necessários para o desempenho idóneo das funções para as quais é contratado.
RH	Favorecimento, por parte do avaliador no processo de avaliação de desempenho	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a aplicação de critérios objetivos e uniformes e equipa avaliadora multidisciplinar; • Declaração de impedimento; • Declaração de conflito de interesses.
RH	Acumulação de funções e conflitos de interesses - existência de situações de acumulação de funções não autorizadas.	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação e divulgação do Código de Ética e Conduta destinado aos trabalhadores; Contrato.
Financeiro	Pagamentos indevidos.	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação periódica, por amostragem, dos pagamentos efetuados; Controlo efetuado por vários intervenientes.

Financeiro	Bem abatido continuar nos serviços ou bem ser abatido sem o respectivo auto.	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação anual do inventário; Autos de abate.
Financeiro	Desvio de dinheiro.	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> • Os movimentos contabilísticos são reconciliados com os movimentos bancários; Controlo efetuado por vários intervenientes; Autorizações de pagamento obrigatórias.
Financeiro	Erros nos registos contabilísticos de receita e despesa.	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> • A segregação de funções, bem como a utilização de software adequado, permite reduzir o número de erros ou omissões das diversas tarefas desenvolvidas.
Inventário	Equipamento não etiquetado, não inventariado ou desatualizado. Transferência ou cedência de bens sem devida autorização	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> • Lista dos bens existentes, permitindo o registo, caso exista, da transferência de algum bem.
Comunicação	Fuga e divulgação indevida de informação para o exterior.	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização dos trabalhadores para as consequências da

			<p>corrupção e divulgação de informação sigilosa;</p> <ul style="list-style-type: none"> • PPRCIC • Departamento da Qualidade e Operações (Segurança da Informação); • Código de Ética e Conduta.
Cibersegurança	Vulnerabilidades na confidencialidade, integridade e disponibilidade de informação	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de ações de formação para os colaboradores, incluindo dirigentes, que reforcem a sua sensibilização e conhecimento sobre as melhores práticas relacionadas com a Cibersegurança; • Ações de formação ao Departamento de IT; • Confidencialidade: garantia de que a informação está acessível apenas a pessoas devidamente autorizadas para o efeito; • Integridade: salvaguarda da exatidão da informação e dos métodos de processamento;

			<ul style="list-style-type: none">• Disponibilidade: garantia de que os utilizadores autorizados têm acesso à informação sempre que necessário.
--	--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------